

Carta de missão do Senhor Nicolas SARKOSY, Presidente da República, dirigida ao Senhor Jean-Claude MALLET, Conselheiro de Estado

O PRESIDENTE DA RÉPUBLICA

Paris, 31 de Julho de 2007
Senhor Conselheiro de Estado,

Desde 1994, consideráveis evoluções transformaram o ambiente internacional e os dados estratégicos da nossa defesa e da nossa segurança : os atentados de 11 de Setembro, a emergência de novos pólos de poder regional, proliferação, efeitos da mundialização e das evoluções tecnológicas. Paralelamente, a profissionalização do nosso exército e o fim do serviço militar obrigatório provocaram mutações radicais no nosso aparelho de defesa. Hoje, enfim, escolhas decisivas para a defesa do país deverão ser operadas e deverão traduzir-se na próxima lei de programação militar. Esta lei deverá consolidar a credibilidade da nossa defesa, no respeito dos restrições financeiras impostas ao Estado.

Para ter em conta o conjunto destes parâmetros numa política coerente, decidi iniciar uma reflexão aprofundada acerca da nossa política geral de defesa. Ela deverá concretizar-se no estabelecimento de um novo Livro Branco. Estes trabalhos serão conduzidos sob a égide de uma comissão cuja a presidência decidi, vos seja confiada.

O futuro Livro Branco definirá um conceito de defesa global do nosso país e dos seus interesses. Ele abrangerá os sectores da defesa e da segurança. Ele deverá cobrir uma perspectiva de uma quinzena de anos, mantendo todavia a vocação de ser regularmente actualizado.

Fundamentará os seus trabalhos através da análise dos novos dados do contexto internacional, económico e estratégico, a avaliação dos riscos e ameaças potenciais, com a preocupação constante de assegurar a protecção das populações e do território, mas igualmente dos Franceses no estrangeiro, garantir a independência do país e a preservação dos seus interesses estratégicos nas suas acepções mais vastas.

Nesta base, o seu estudo, bem como as propostas que sereis levado a formular, deverão concernir sobretudo a evolução das nossas alianças, dos nossos acordos de defesa e o exame das condições de utilização das nossas tropas em operações

exteriores. Peço-lhe que dedique especial atenção ao reforço da dimensão europeia da nossa política de defesa e de segurança bem como à nossa contribuição para a segurança da Aliança no seu conjunto.

Examinará as condições da credibilidade da nossa força de dissuasão. Estudará a pertinência do formato das forças armadas e das suas implantações, a coerência do esforço de informação, do esforço industrial, tecnológico e científico necessário à nossa capacidade de defesa, as condições de organização da defesa civil e da defesa económica e o reforço da sua coordenação com a defesa militar, com a preocupação de assegurar o funcionamento regular dos poderes públicos, de desenvolver os meios de luta contra o terrorismo e a proliferação e de melhorar a prevenção e a gestão das crises. As consequências económicas e sociais das orientações propostas deverão ser examinadas. Enfim, é-lhe igualmente pedido formular propostas acerca do reforço da implicação do Parlamento na definição e na implementação da nossa política de defesa.

A sua reflexão será conduzida sem preconceitos ; ela permitirá abordar de maneira aberta e transparente as escolhas com as quais seremos confrontados para adaptar o nosso aparelho de defesa, para reforçar o elo entre a Nação e as suas Forças Armadas, e para organizar a mutação do aparelho industrial e de investigação num quadro nacional e europeu. Ela inscrever-se-á numa política visando a manter e a confortar um esforço de defesa de cerca de 2% do PIB.

Nos seus trabalhos, zelará portanto a ter estreitamente em conta as constatações que serão estabelecidas no quadro da revisão geral das políticas públicas, muito particularmente tratando-se da revisão estratégica dos programas de armamento.

Tereis o apoio de uma Comissão constituída amplamente por personalidades da sociedade civil, incluindo representantes do Parlamento designados pelos presidentes da assembleia nacional e do Senado, bem como responsáveis civis e militares das administrações concernidas. Dada a prioridade que tenciono dar à Europa da defesa, peço-lhe que organize os intercâmbios apropriados com os nossos principais parceiros europeus durante os trabalhos.

O Secretariado-geral da comissão será assegurado pelo secretário-geral para a defesa nacional. Transmito instruções aos diferentes ministros concernidos para que vos proporcionem o seu inteiro apoio e o apoio das suas administrações.

Desejo dispor do futuro Livro Branco no início do mês de Março de 2008. Ele deverá ser precedido de um resumo preliminar em finais do ano de 2007.

Com os melhores cumprimentos,

Nicolas SARKOZY

M. Jean-Claude Mallet

Conselheiro de Estado e antigo Secretário Geral da Defesa nacional.